

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO DA ESTIGMATIZAÇÃO AO PROTAGONISMO PROEJA – FIC

Maria Helena Romani Mosquen¹

Giancarlo Moser²

Resumo

A presente pesquisa, intitulada Educação de Jovens e Adultos no Campo: da Estigmatização ao Protagonismo – PROEJA – FIC, investigou como o PROEJA – FIC transformou as adversidades em possibilidades nas comunidades camponesas e assentamentos da Reforma Agrária no Município de São Miguel do Oeste, no sentido de perceber as possibilidades obtidas pelos egressos. Através da pesquisa foi possível fazer uma reflexão sobre a realidade pesquisada, a partir de categorias, utilizando o método Exploratório, por possibilitar a aproximação com a realidade de vários estudantes do PROEJA – FIC, IFSC – Campus São Miguel do Oeste. A educação dos trabalhadores do campo, vista como um desafio, é de suma importância, pois relaciona os processos educativos teorizados com o conhecimento ligado aos processos de luta. O PROEJA é a efetivação da luta histórica pela educação pública gratuita aos sujeitos sociais do campo, educação e formação profissional. O PROEJA no campo possibilitou outro modo de se fazer agricultura de base familiar camponesa, na centralidade do trabalho, e não apenas na reprodução do capital. Foi possível conhecer outra concepção de desenvolvimento do campo, através da economia solidária e arranjos produtivos locais.

Palavras-chave: PROEJA. Educação do campo. Camponeses.

¹Graduada do Curso de Pedagogia da UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste – SC. Bolsista CAPES/UNOESC: Estratégias e ações multidisciplinares nas áreas de conhecimentos das ciências humanas, ciências da natureza e linguagens, na mesorregião do oeste catarinense: implicações na qualidade da educação básica.

²Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), Licenciatura em Sociologia/OSPB (1993), Graduação em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2008), Mestrado em Planejamento de Patrimônio Cultural e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (2001), Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro (2007) e Pos-Doutorado pelo CPDOC/FGV (2010). Foi Professor, Coordenador e Diretor (com status de Pró-Reitoria) do Grupo UNIASSELVI entre 1999 e 2012, Pesquisador Visitante do CPDOC/FGV (2009/2010) e da Universidade de Aveiro (Portugal, 2006/2007). Atualmente é Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina nos Cursos de Economia e Administração Pública, Avaliador de Cursos de Graduação do MEC/INEP e do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Diretor Geral do Instituto Educacional Vitória - Faculdade do Extremo Sul Catarinense e Professor de EaD e Pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e Gestor de Projetos Institucionais da Faculdade SINERGIA. Professor do componente curricular: Arranjos Produtivos Locais e Economia Solidária da Pós Graduação *Latu sensu* PROEJA - Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Introdução

Este artigo é resultante da Pós-Graduação Latu-sensu: Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA (PROEJA). A presente pesquisa, intitulada *Educação de Jovens e Adultos no Campo: da Estigmatização ao Protagonismo – PROEJA – FIC*, investigou como o PROEJA – FIC, em comunidades campesinas e assentamentos da Reforma Agrária no Município de São Miguel do Oeste, como transformou as adversidades deste território em possibilidades de empoderamento e emancipação social.

O interesse pela temática está relacionado ao contexto educacional da Educação de Jovens e Adultos, como também conhecer a ação do PROEJA-FIC a partir do que protagonizaram os seus egressos, desafiando-nos cada vez mais em função dos questionamentos postos pela realidade sociocultural contemporânea.

A pesquisa possibilitou desenvolver uma reflexão acerca da realidade pesquisada, a partir de categorias, utilizando o método Exploratório, por possibilitar a aproximação com a realidade de vários estudantes.

Os sujeitos sociais do campo foram os escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa, pessoas concretas, com sua cultura campesina, sujeitos de uma história de resistência, de luta e de organização em Movimentos Sociais do Campo, pessoas que produzem e se reproduzem socialmente.

Nesta perspectiva, fez-se o levantamento de todos os dados possíveis para conhecer melhor o estilo de vida, ou a cultura específica de determinados grupos, analisando determinados grupos sociais, como grupos étnicos e grupos urbanos em pequena escala. A observação foi a técnica-chave dessa metodologia (MARCONI; LAKATOS, 2006). Por isso optou-se pelo método exploratório, por possibilitar a aproximação com a realidade destes sujeitos sociais.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, e um dos seus pressupostos básicos é a “[...] busca pela objetividade mediante o desenvolvimento de técnicas que situem os dados à margem dos significados, interpretações e valores da sociedade e dos investigadores.” (CARDONA, 2002, p. 29).

O contexto social da pesquisa são os camponeses que estão realizando o PROEJA-FIC nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental Waldemar Antônio Von

Dentz e Padre José de Anchieta, ambas escolas do campo, situadas em território campesino no Município de São Miguel do Oeste. A população e amostra são educandos do PROEJA-FIC, do IFSC, campus São Miguel do Oeste.

A pesquisa buscou coletar informações qualitativas, através de entrevistas realizadas com alunos integrantes do PROEJA-FIC – Técnicas em Agricultura Familiar, para o conhecimento dos egressos, e sobre a construção da identidade e possibilidades de emancipação social. A investigação (Exploratória – Descritiva) foi realizada utilizando a técnica de coleta de dados em Entrevistas Semiestruturadas, através de cartas, que são elementos documentais.

Em geral, as entrevistas não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, tornou-se possível trabalhar com a entrevista aberta, onde o informante aborda livremente o tema proposto, bem como com as estruturas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 1992).

O caminho investigativo foi organizado da seguinte maneira: No primeiro momento, a pesquisa foi contextualizada na conjuntura atual dos debates que vêm sendo feitos sobre PROEJA. Estes estudos irão subsidiar as reflexões referentes às populações campesinas, e como chegou o PROEJA no campo.

Buscou-se compreender a educação do campo como um espaço social campesino, apontando as adversidades da Educação Rural. O cenário da pesquisa exploratória será apresentado, ou seja, dar-se-ão evidências às vivências e experiências dos sujeitos sociais do campo, das adversidades às possibilidades a partir do PROEJA. O fechamento da pesquisa será feito sobre a construção desse processo de possibilidades emancipatórias a partir do Proeja no campo.

Educação de Jovens e Adultos: A materialidade do PROEJA-FIC no Município de São Miguel do Oeste

O PROEJA em território camponês é uma proposição que fortalece a cultura, a identidade própria e com experiências de resistência e emancipação social. Nesse processo, os camponeses vão se tornando construtores de direitos, cidadania, desenvolvimento e diversidade.

Através da mobilização social aprovou a Constituição Brasileira, em 1988, e nela surgiram as primeiras possibilidades para educação dos povos do campo. O que diz a Constituição Brasileira:

Art. 205 A Educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

O artigo 205 da Constituição Brasileira determina que o ensino seja pautado no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, ou seja, que todos tenham os mesmos direitos e garantia de poder entrar na escola e continuar nela estudando.

Com este direito garantido, o Congresso Nacional aprovou a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96. De acordo com a LDB:

Art. 5º O acesso ao ensino público fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo (BRASIL.1996).

A Educação, de acordo com a LDB 9394/96, é um direito público subjetivo, quer dizer, é um direito de todos, independentemente de onde vivem e trabalham. Para pagar uma dívida histórica que o Brasil tem de escolarizar e assegurar o direito a uma educação de qualidade a todas as pessoas, conforme definido na constituição de 1988, e garantir, ao mesmo tempo, o acesso a um curso profissionalizante, possibilitando condições de inserção no mundo do trabalho, através do Decreto Federal nº 5.478, em 2005, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), relacionando-os principalmente à Educação Profissional integrada com a Educação Básica no nível fundamental – PROEJA – FIC, precederam as inquietações e a pesquisa que deram origem a este trabalho. Esta discussão é necessária, uma vez que o foco deste estudo foi conhecer e compreender a trajetória dos egressos do Curso PROEJA – FIC – Técnica em Agricultura Familiar – IFSC, Campus São Miguel do Oeste.

O PROEJA é um compromisso que reverbera a necessária democratização da educação, e convoca as instituições a aceitarem o desafio de resgatar jovens e adultos com formação educacional interrompida, a fim de fornecer-lhes, além da formação profissional e Educação Básica, a cidadania (MASCHIO, 2011 p. 64).

Através do Decreto Federal nº 5.478, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), tendo como base o Decreto Federal nº 5.154 de 2004. Esse Decreto regulamenta o capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/96, e considera que a Formação Inicial e Continuada de trabalhadores é constituída por cursos ou programas de Educação Profissional, articulando-se preferencialmente aos Cursos de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007, p. 21).

Como indicado no próprio nome do programa, a articulação entre o ensino profissionalizante era feita com a Educação de Jovens e Adultos do nível médio, devidamente regulamentada pelo Decreto Federal 5.478. Passado um ano, no dia 13 de Julho de 2006, foi instituído o Decreto federal nº 5.840, que substituiu o anterior e ampliou a abrangência do decreto, com a inclusão dos cursos do Ensino Fundamental integrado à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (PROEJA-FIC) e estendendo também a origem das instituições ofertantes desses cursos.

Além disso, no artigo 5º desse decreto, indica que as instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA, são: Instituições Públicas dos Estados e dos Municípios; Entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”); Rede de instituições Federais de educação profissional. Estas responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas. Para a implantação do curso, cada Instituição necessariamente precisa considerar as características dos jovens e adultos atendidos e escolher áreas profissionais relacionadas às demandas locais e regionais, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural do local.

Enfim, buscou-se na investigação elementos para aprofundar o debate do PROEJA-FIC em escolas do campo de São Miguel do Oeste, uma educação que os valoriza como sujeitos sociais de direitos, capazes de construir a própria história e ter acesso à educação que desejam e necessitam. Pesquisando como o PROEJA fortaleceu as identidades, descobriu-se que foi possível criar novas formas de desenvolvimento no campo, baseado na justiça social,

na cooperação, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa. As populações do campo sempre desejaram e reivindicaram vivências de educação no seu território, nas quais os sujeitos sociais do campo pudessem construir, através das organizações e movimentos sociais do campo, a conquista de políticas públicas como do PROEJA, fortalecendo suas lutas e suas identidades.

O PROEJA, no município de São Miguel do Oeste, efetiva-se como uma política pública de Educação de Jovens e Adultos, ampliando a oferta de EJA com abrangência em território camponês na Modalidade em PROEJA, que acontece de maneira integrada à formação profissional.

A política pública de EJA se materializou a partir do Decreto número 5840/2006 atribuindo responsabilidades ao Estado quanto à elevação da escolaridade de jovens e adultos, enfrentamento das mazelas (pobreza, violência e analfabetismo), e a inclusão social dos sujeitos do campo.

O PROEJA trata-se de um programa que foi concebido como proposta educacional e consolidou-se como política pública de inclusão social emancipadora, com abrangência não apenas no âmbito dos Institutos Federais, mas por outros sistemas de educação, possibilitando que a Secretaria Municipal de Educação de São Miguel do Oeste viabilizasse o PROEJA em escolas do campo da Rede Municipal.

Quando a administração municipal pelo governo popular, o então prefeito, Nelson Foz da Silva (assentado da Reforma Agrária), conhecedor da luta da EdoC, possibilitou que projetos fortalecessem a educação do campo. O **Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC**, Brasília, de 08 de abril de 2009, chegou na Secretaria Municipal de Educação de São Miguel do Oeste/SC. Neste ofício constava como justificativa: “No contexto dessas demandas, alguns públicos específicos tais como pessoas com necessidades educacionais especiais, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, privados de liberdade, populações do campo (agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros) e indígenas, em geral, têm ainda pouco ou quase nenhum atendimento”.

Inicialmente pensou nos sujeitos do campo, como fortalecimento da Educação do Campo, e potencializou as duas Escolas do Campo, que se encontravam em massivo processo de fechamento, onde alunos do campo passavam na frente da escola para estudarem na cidade, com currículo de escola urbana, escolas deterioradas, prédios sucateados e a expropriação brutal da educação dos trabalhadores do campo.

O PROEJA em Escolas do Campo surgiu como possibilidade de fortalecimento e potencialização da Educação do Campo. A elaboração do projeto foi feita coletivamente com as comunidades camponesas e os Movimentos Sociais do Campo, construindo um currículo que atendia as necessidades dos sujeitos sociais do campo.

O PROEJA em território camponês atendeu uma parcela significativa da população historicamente excluída da Educação Básica, com grande demanda de oferta da EJA. O PROEJA no campo contemplou a EMEIF Waldemar Antonio Von Dentz, da Linha Canela Gaúcha, abrangendo as comunidades camponesas da Linha São Pedro, Linha Três Barras e Linha Três Curvas, e a EMEIEF Padre José de Anchieta, da Linha Dois Irmãos, contemplando os Assentamentos da Reforma Agrária da Linha Oito de Março e Linha Vinte e Seis de Outubro.

A viabilização do PROEJA em escolas do campo firmou parceria entre o órgão proponente, IF-SC, Campus de São Miguel do Oeste, e Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. Nesta parceria a prefeitura municipal garantiu professores para o currículo comum, transporte escolar e alimentação escolar.

O PROEJA foi marcado por alguns descompassos relacionados às condições necessárias para a implantação do curso. A exigência era que os egressos necessariamente estivessem alfabetizados, e para isso foi realizado teste de sondagem, onde os não alfabetizados foram encaminhados ao Programa Brasil Alfabetizado.

Houve dificuldade em apresentar alguns documentos exigidos, como o Histórico Escolar, pelo grande tempo fora do espaço escolar, escolas do campo que fecharam, mudança de local de origem. A Câmara de Vereadores aprovou uma Lei, para que a Secretaria Municipal de Educação fizesse uma avaliação dos conhecimentos prévios e emitisse o Histórico Escolar referente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Embora desafios surgissem, pode-se observar, através da pesquisa, a consolidação do PROEJA, algo possível tratando-se de educação no contexto social em que esses cidadãos estão inseridos, com ações que objetivam atingir a demanda social de jovens e adultos que não conseguiram exercer com toda a plenitude os seus direitos cidadãos. Observou-se que as condições se materializaram através da assistência ao estudante e do entendimento que os estudantes do PROEJA pertencem a uma modalidade de ensino diferenciada.

Na elaboração do Projeto do PROEJA-FIC, nos assentamentos foram realizados diálogos com a participação dos Movimentos Sociais do Campo, algo que foi visto como peça

fundamental para a transformação do processo educacional aos camponeses/assentados da Reforma Agrária. Na constituição do projeto do PROEJA, elencou-se a problemática concreta desses sujeitos sociais.

A Educação dos trabalhadores do campo sem dúvida transforma. Observou-se na pesquisa a possibilidade de construir Educação com os sujeitos do Campo. O que se observa na materialização do PROEJA em território camponês, além de ser uma novidade na educação do campo apresenta como política de governo implementada por meio do PROEJA, não encontrando na história da educação brasileira a Educação Básica Integrada à Educação Profissional de Educação de Jovens e Adultos.

O projeto do PROEJA-FIC é caracterizado pela Educação Popular³, orientado à transformação social com sujeitos coletivos populares com os Movimentos Sociais⁴ e elaborado a partir do contexto concreto do campo.

Educação do campo: A Educação dos trabalhadores do campo

A Educação do Campo surge a partir das lutas e das experiências camponesas de resistência em suas terras, de movimentos populares, que questionaram práticas pedagógicas as quais refletem interesses das classes dominantes e norteiam a Educação Rural, assim os Movimentos Sociais contrapondo a esse termo a denominação como “Educação do Campo”.

O conceito Educação do Campo é recente, é um termo que surge do contexto atual para a sociedade brasileira e que envolve as populações do campo, resultante das lutas sociais pela terra, pelo trabalho, pela dignidade, pela educação.

A Educação do Campo nasceu como mobilização / pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reformas agrárias como lutas de resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas suas experiências de educação, suas comunidades, seus territórios, sua identidade (CALDART, 2008, p. 71).

³ Educação para o povo educação através do trabalho do/com o povo, sobre ela/este é o sentido de educação, em todos os seus níveis, como uma Educação Popular. (Carlos Rodrigues Brandão: O que é Educação Popular, 2009, p. 84)

⁴ Movimiento Social um tipo de acción colectiva, más o menos permanente, orientada a enfrentar opresiones, desigualdades, exclusiones, protagonizada por sectores amplios de población quienes a través de La organización y movilización em torno a SUS demandas y sus luchas van elaborando um sistema de creencias y uma identidade colectiva, a La vez que van generando propuestas y proyectos que modifican las estructuras Del sistema social. (Alfonso Torres)

A Educação do Campo surgiu com definição de projeto para o campo, e contra o campo como lugar de negócio, contra a expulsão de famílias, e contra a ideia de que o campo não precisa de educação nem de escolas. A Educação do Campo como direito de todos, como também a crítica à Educação Rural feita pelos camponeses organizados, que, na história do Brasil, nunca antes tinham sido protagonistas da escola que queriam. Surgiu para construir outro projeto, o qual defende as especificidades do campo.

Educação do campo: o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito à parte da população do país, se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana. Não é possível pensar um projeto de país, de nação sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação (CALDART, 2008, p. 20).

A sociedade brasileira, inclusive as políticas educacionais, historicamente considerava normal que camponeses fossem tratados como inferiores, atrasados, pessoas vivendo em situação de miséria, sem escolas para frequentar; tratavam os conhecimentos produzidos pelos camponeses como desprezíveis e os sujeitos eram considerados ignorantes.

A leitura de Arroyo (2009, p.11) nos faz refletir sobre o olhar negativo, preconceituoso do campo, e seu lugar no modelo de desenvolvimento seria responsável pelo preconceito. A agricultura camponesa vista como sinal de atraso, inferioridade, como modelo de produção, de vida e de cultura estaria em extinção?

Roseli Caldart (2004) contribui para o debate, afirmando que a expressão campo, e não mais a usual meio rural, tem como objetivo incluir no processo, um sentido atual do trabalho do camponês, das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. A mesma luta pela mudança do termo é uma luta que precisa ser contínua, pois a expressão precisa ser colocada na prática e no cotidiano escolar, com currículos que atendam a realidade.

Trabalha-se com a definição de campo utilizada por Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 70), que é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifundiário e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses.

Os camponeses têm uma identidade, e a palavra campo traduz essa identidade, como fortalecimento aos movimentos sociais, na luta pela terra, qualidade de vida, direito, cidadania.

Esses grupos lutam pela terra, para eles, significa mais que um pedaço de chão para plantar. Diz respeito ao seu entendimento de comunidade, à sua identidade de trabalhador rural. A terra, para o povo campesino, constitui um bem valioso no qual desenvolvem suas relações sociais e econômicas, em torno da qual organizam suas vidas e constroem identidades (WEBER, SIMOES, 2009, p. 48).

Enquanto se organizavam para conquistar a terra, surgiu também a experiência acumulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com as escolas dos assentamentos e dos acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos. Pode ser entendida como um processo histórico mais amplo, de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo (MUNARIN, 2008, p. 03).

A educação do Campo foi protagonizada pelos trabalhadores do campo através das organizações populares do campo. Nasceu do objetivo específico da luta por educação dos trabalhadores do campo, da dívida histórica que o Estado tem com os povos do campo, e isso é uma especificidade brasileira, pois o capitalismo não precisou da escolarização dos camponeses, o que fez da Educação dos povos do campo uma Educação rural. De acordo com Leite (1999), a Educação Rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária. A produção rural e, conseqüentemente, a mão de obra existente no campo, sempre foi de interesse do capitalismo contemporâneo, ocasionando a implantação de modelos urbanos-liberais entre a população camponesa (LEITE, 1999, p.14).

A “escolinha rural”, assim conhecida, onde os egressos do PROEJA tiveram suas experiências em espaço formal de educação, era assim caracterizada, segundo depoimentos: *“Tinha que ficar quietinho.”*; *“Se alguém gritasse, todos eram castigados.”*; *“Se não aprendia, a professora batia.”*; *“Tinha uma vara de marmelo, era pior que bater nos animais.”*; *“Até quando caía a borracha no chão, era castigo na hora.”*⁵.

⁵ Informação Verbal dos Alunos.

A relação na sala de aula era de extremo autoritarismo. Essa escola rural conseguiu impor os valores da classe dominante, desqualificando os valores do camponês, seus saberes, seus modos de vida.

A falta de prioridade para a educação rural, pois o trabalho do camponês era considerado sem valor, sem a necessidade do estudo, como um trabalho rudimentar e, para muitos, na roça, apenas se precisa de mão de obra, conforme os ditos populares citados pelos egressos do PROEJA: *“Para mexer com a enxada não precisa de muitas letras.”*; *“Gente da roça não carece de estudo.”*; *“Só estuda quem é luxento e não tem vontade de trabalhar.”*; *“Estudar para quê, se não vai ter escritório para todo mundo trabalhar sentado”*; *“Para sobreviver com uns trocados não precisa de estudo.”*; *“Filho de pobre não sai doutor.”*; *“Na roça não precisa de homens que pensam, mas de bois que trabalham.”*; *“Para ser freira não precisa estudar, pode rezar em casa.”*; *“Como os mais velhos não estudaram, nem os mais novos.”*⁶.

A Educação Rural foi condicionada às intenções capitalistas. Leite (1999, p. 38) aponta que, nesse período, ocorreu a negação da escolarização nacional, da cultura, do habitat, do trabalho e dos valores da sociedade. Foi a cristalização de uma relação de dependência e subordinação que, historicamente, vinha acontecendo desde o período colonial.

A educação rural não foi motivo de necessidade, até porque um Brasil com produção, e que não fazia uso da tecnologia, não precisava que a população camponesa tivesse estudo, até mesmo nem precisava estar alfabetizado. A realidade da educação rural, como não representava importância econômica para o sistema capitalista, ficou no esquecimento.

A Educação Rural retratou o campo de forma inferiorizada e pensada a partir de um mundo urbano, não considerando a formação escolar para os trabalhadores do campo como necessária.

Educação Rural, na maioria das vezes, contempla currículos urbanos ficando aquém da realidade dos alunos rurais. Assim, as pessoas desse meio acabam carentes de conhecimentos e habilidades que lhes proporcionaram maior eficiência no trabalho, agilidade na resolução de problemas cotidianos. Isso acontece pela falta de preparo e formação dos professores que trabalham nas escolas do meio rural. Eles têm conhecimento voltando aos conteúdos que são contemplados nos currículos, ou no livro didático, no entanto, da vida prática, do cotidiano dos alunos, pouco sabem (MANFIO; PACHECO, 2006. p. 35).

⁶ Informação Verbal dos Alunos.

O rural sempre foi considerado como atrasado, lugar somente de produção, com políticas de dependência, clientelismo, sem preocupação com a educação que acontece no espaço rural. A Educação Rural é a representação do camponês analfabeto, pobre, inferiorizado, do personagem Zeca Tatu; porém a história de luta e organização dos camponeses constrói outra história em território camponês.

O desafio da Educação do Campo, dos trabalhadores camponeses, está em perceber quem são estes sujeitos sociais, sobre que contextos se constroem essa concepção da educação da classe trabalhadora do campo.

A autora Vendramini (2014) chama atenção para o fato de que o caráter da força de trabalho rural vem se alternando de forma significativa, tornando-se cada vez mais vinculado ao setor urbano, no sentido de que os custos de sua reprodução passaram a derivar da força de trabalho assalariado, que atualmente se dissemina no campo, sobretudo com a prevalência do agronegócio.

De acordo com a autora, o campo cada vez mais está dependente do capital financeiro, do capital comercial e do capital industrial. O capitalismo está avançando no campo, pois encontrou espaço de exploração de mão-de-obra. Para Marx, a exploração da classe trabalhadora no campo distingue na relação de exploração.

Historicamente o capital, distribuído de modo hegemônico, definiu e continua determinando as bases teórico-políticas da educação da classe trabalhadora no campo, onde lhes foi concedida uma educação mínima dos quatro anos primários, apenas para aprender a ler, escrever e fazer contas, negando-lhes o direito do acesso ao conhecimento.

Para Mézaros (2008), as concepções dominantes da educação do trabalhador do campo se constroem no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia, que transforma camponeses e camponesas em meras forças de trabalho produtivo. Isso se caracteriza pela precariedade da educação dos sujeitos do campo, as condições de acesso e permanência, a negação ao direito à educação do campo e no campo.

Para os teóricos Marx e Gramsci, o modo de produção capitalista não fica restrito à atividade econômica, mas remete à totalidade da vida a todas as formas de produção e compreensão da existência. A baixa escolaridade da classe trabalhadora no campo é importantíssima para o modo de produção capitalista, pois parte da estrutura socioeconômica e cultural do capitalismo. Trabalhadores do campo tornam-se precariamente escolarizados,

pois suas condições materiais e subjetivas de existência não proporcionam a apropriação do conhecimento.

Em depoimentos, os estudantes do PROEJA relataram: *“É muito difícil viver sem estudo, pois todos se aproveitam da gente.”*; *“O que a gente não entendia precisava pedir aos outros.”*; *“Tive muita dificuldade, pois sempre fomos colonas, nós sempre vivemos com o que sabíamos.”*; *“Na agricultura muitos acham que não precisa ter estudo. Muitas vezes passamos dificuldades para administrar a nossa propriedade, por não ter estudo.”*; *“A gente chegou ouvir, lá no banco: De novo esses assentados aqui querendo dinheiro? Que vão trabalhar!”*⁷

O PROEJA em território campestre foi a superação da desigualdade social, quando trabalhadores do campo conquistaram com seu esforço melhores níveis de escolaridade e de qualificação, não ensinando com perspectivas conteudistas, mas de acordo com as necessidades dos educandos. Isso se observa nos relatos dos educandos: *“Hoje eu tenho coragem de questionar. Tive a oportunidade de conhecer as Cataratas do Iguaçu, de viajar, visitar empreendimentos da economia solidária. Através do PROEJA tivemos muitos conhecimentos.”*; *“Com o PROEJA aprendemos cada vez mais com a experiência.”*; *“Conhecemos várias experiências na parte técnica.”*; *“No PROEJA eu tive muita sorte por conseguir estudar. Consegui melhorar a leitura, aprendi matemática, apesar de morar 15 km de distância, de trabalhar o dia todo na lavoura. Não gosto de perder aula. Fiz amigos, aprendi muito sobre pastagem e produção de leite.”*; *“A gente começou usar a prática da ordenha. Foi muito bom. Nós vimos diferença na propriedade.”*⁸

O PROEJA possibilitou que conhecimentos produzidos pela humanidade fossem apropriados criticamente e se transformassem em instrumento de emancipação da classe trabalhadora campestre.

A educação aos trabalhadores do campo proporcionou oportunidades aos expropriados do próprio direito à vida com dignidade, com oferta desigual de educação, ou até mesmo inexistentes, e ações que levaram a população trabalhadora do campo ao controle social para permanente processo de manutenção da hegemonia. A educação dos trabalhadores construiu processos contra-hegemônicos, pois o PROEJA significou, segundo depoimentos: *“O PROEJA foi e é parte da nossa vida aqui no campo.”*; *“Estudando a gente aprendeu sobre a visão da sociedade.”*; *“Tivemos uma visão melhor do mundo, aspectos culturais, geográficos,*

⁷ Informação Verbal dos Alunos.

⁸ Informação Verbal dos Alunos.

línguas... Quanto conhecimento!"; "Possibilitou outros olhares, ver o que não via, compreender de outro jeito."; "Tinha grande dificuldade em tomar decisões, e o conhecimento me encorajou."; "Passei a ver o mundo atual, estava isolada da sociedade e dos acontecimentos, aprendi muito, até o que nem imaginava que existia."; "Entender um pouco mais sobre as tecnologias."; "Eu vejo a agricultura com outros olhos."; "Sentimos valorizados perante a sociedade."; "De poder ler em público."; "Hoje estamos atentos aos noticiários, conseguimos participar mais dos acontecimentos da comunidade, facilitou a comunicação, sou capaz de opinar sem medo de estar errada."; "É um orgulho ser alguém que tem estudo, que sabe mais na vida do dia-a-dia, sou uma pessoa mais sucedida, sou mais vista na sociedade, sou uma pessoa mais disposta."”⁹

Observa-se, através dos depoimentos, que o PROEJA proporcionou o empoderamento destes sujeitos sociais.

O avanço do capitalismo no campo, através do agronegócio¹⁰, da exportação de commodities e do modelo técnico-reprodutivo centrado em modelos tecnológicos insustentáveis destrói o campesinato, a luta da classe trabalhadora e a reprodução social familiar.

Esse modelo agrícola desenvolvido pelo capital financeiro sobre a hegemonia do agronegócio no campo brasileiro faz com que ocorram contradições insustentáveis, e a educação dos trabalhadores possibilita compreender esse modelo que passa despercebido para muitos camponeses/as que não têm acesso aos estudos/conhecimentos, que a luta de classe descrita por Marx, e as contradições do capitalismo sejam espaço de luta e retomem a Reforma Agrária Popular¹¹ e a resistência do campesinato brasileiro.

Trabalho como princípio educativo: a dimensão ontológica e histórica do trabalho

Em uma sociedade capitalista e excludente, o trabalho como expropriação dos trabalhadores, destruidor da dignidade humana, os torna vulneráveis, dependentes, alienados, sujeitos fragmentados nas relações sociais capitalistas.

⁹ Informação Verbal dos Alunos.

¹⁰ O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país (...) o termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras, e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial. (Dicionário da Educação do Campo-2012).

¹¹ Encontro do Encontro Nacional da Reforma Agrária Nacional, março de 2014.

A educação omnilateral é a educação que faz crítica à sociedade capitalista, que remete ao pensamento de Marx, que faz crítica à educação unilateral dos trabalhadores do campo. Portanto, a educação omnilateral nos remete à emancipação humana, e tem o contexto social dos sujeitos do campo, em construir outras relações sociais.

O contexto social do campo é um espaço omnilateral, onde se constitui o processo de produção em ciclo: preparar o solo, plantar, colher... e o tempo para o camponês é outro, diferente do mundo moderno. Na vida campesina ainda não está presente o executor de tarefas e as relações sociais fragmentadas. O campesinato ainda consegue dar lugar a um ser humano multilateral. Contudo, na sociedade capitalista isso não pode ocorrer em sua plenitude, mas ainda é possível construir outras relações sociais de produção, nas quais a sociedade é submetida ao controle do capitalismo.

O PROEJA talvez não tenha sido a educação omnilateral na sua totalidade, mas procura caminhos alternativos de novas relações sociais educativas, ainda que numa sociedade capitalista, onde o agronegócio avassala o campo. Observou-se, através da pesquisa, que o PROEJA mostrou possibilidades dentro deste sistema capitalista, quando no currículo está inserido a Economia Solidária¹², onde os estudantes revigoraram empreendimentos com iniciativas de outros empreendimentos.

A educação omnilateral está dentro de uma totalidade social, na formação dos sujeitos sociais do campo. Como diz Freire: Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.". A sensibilização se dá no sujeito em coletividade.

O PROEJA-FIC – Técnicas em Agricultura Familiar, não foi a preparação de mão de obra, ou aprimoramento de algumas técnicas, mas educação politécnica¹³, isto é, incorporar o conhecimento técnico ao conhecimento intelectual, construir essa relação, sem a divisão

¹² Economia Solidária é um processo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade, a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições no trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados a sua disposição (GADOTTI, 2009,p.13).

¹³ Politecnicidade é um conceito que tem sido trabalhado principalmente por autores ligados ao campo da Educação e Trabalho, está associada a uma perspectiva de Educação Integrada e tem sido usada como contraponto à pedagogia das competências. Ao contrário do que muitos pensam, a politecnicidade não é sinônimo de “ensino de muitas técnicas” ou de polivalência, mas significa “uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas” (RAMOS,2008, p.03). Ou seja, politecnicidade é o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005). Além disso, o debate sobre politecnicidade está voltado à construção de práticas educativas visando à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, cultura geral e cultura técnica. Para saber mais, consulte: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupol.html>>.

social do conhecimento, construindo o sujeito social do campo. A EdoC é a educação que interessa aos trabalhadores do campo de forma integral, possibilitando fazer relação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, pois os trabalhadores do campo, historicamente, produzem conhecimentos pela prática, experiência¹⁴.

A classe camponesa se fez, constituiu-se, no dia a dia, com características do trabalho em família, da resistência e na coletividade. Segundo Tompson (2002), a experiência da classe trabalhadora é o fundamento da identidade, da política da própria história, do processo pelo qual trabalhadores e trabalhadoras do campo *fizeram-se* ou ainda *fazem-se* este sujeito social do campo, com uma identidade e uma consciência que os insere nos embates políticos do nosso tempo.

O PROEJA contempla projetos integradores, onde a opção de conhecimentos é feito entre as áreas de conhecimento. O currículo integrado propõe um caminhar no espaço escolar, com a intensificação do diálogo, das trocas de saberes, da integração metodológica nos diferentes campos do saber. Os educadores se reconhecem na interdisciplinaridade, quando necessitam dos conhecimentos de várias áreas, que se encontram nos diversos ramos do saber, integram, ligam fronteiras e estabelecem relações.

A escola do campo como lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução do conhecimento, onde acontecem experiências interdisciplinares, está sendo entendida pelos educadores como condição fundamental para a ação educativa na contemporaneidade. A ação interdisciplinar é contrária à homogeneização, ao enquadramento disciplinar. Faz-se necessário avançar nas fronteiras do conhecimento. Começa-se perceber, em espaços escolares, que o processo educativo desenvolvido na perspectiva interdisciplinar, do currículo integrado, possibilita o aprofundamento da compreensão da relação entre teoria e prática, contribui para a formação crítica, colocando a escola diante de novos desafios ontológicos e epistemológicos.

No cotidiano da escola do campo, em ambientes de aprendizagem, múltiplas relações acontecem entre educandos/educadores e objetos de estudo, com enfoque interdisciplinar, que aproximam da realidade, obtendo compreensão da complexidade, possibilitando mais significações e contextualizações.

¹⁴ , As pessoas não experimentam sua própria experiência, mas as têm apenas como ideias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou (...) no instinto proletário etc. para ele, as experiências da classe operária não surgiram tal como o sol numa hora determinada estava presente no próprio *Fazer-se* (THOMPSON, 1987, p.9).

Para Silva (2014), a construção do currículo integrado é, necessariamente, um ato coletivo, que requer o planejamento conjunto das ações, com metodologia e objetivos claros. Para ser construído, o currículo integrado exige que a escola seja, de fato, um espaço democrático e participativo (SILVA, 2014, p.23).

O projeto de Educação do PROEJA, em sua construção, nasceu comprometido com a realidade local, priorizando o respeito, a valorização das singularidades da vida do campo, construindo uma proposta pedagógica em sintonia com a dinâmica social de toda a comunidade, contribuindo para a construção de uma proposta de ensino que atendesse à realidade em articulação com as políticas públicas, com garantia dos direitos do cidadão e da efetiva inclusão social, realizando uma ação pautada na realidade sócio-cultural dos educandos, valorizando a vida no campo e a agricultura familiar, o ensino acontecendo em uma relação horizontal educador-educando, na qual o educando fosse membro participativo, com oportunidade de agir com consciência crítica, responsabilidade e solidariedade.

É na relação entre os seres humanos que a gente cria, recria, dialoga, sonha, enfrenta conflitos, constrói e se projeta a um mundo mais justo. Construir conhecimentos de forma coletiva é fazer análises a partir das relações pré e pós-estabelecidas, e atuar no fortalecimento de novas relações humanas e práticas comprometidas com a transformação social.

Na pesquisa, observou-se que o curso PROEJA-FIC Técnicas em Agricultura Familiar, contempla a educação do campo, pois é a educação que tem a ver com a sua vida, seus saberes e fazeres, e é em torno dessa dinâmica que se organiza o currículo da escola e as ações coletivas. A Educação do Campo está dando sentido aos aprendizados, vinculando-os com a realidade, com as questões da vida dos educandos e educandas do campo. Também, procura abordar os conhecimentos de forma que deem conta de compreender a realidade como totalidade, nas suas contradições, no seu movimento histórico.

O currículo integrado desenvolvido no PROEJA – FIC Técnicas em Agricultura Familiar articula o saber com a vida cotidiana, com histórias de vida, com a construção de identidade, com a memória coletiva da comunidade para viabilizar práticas. Neste sentido, começam-se desenvolver ações com vistas a aglutinar e ressignificar conhecimentos dos camponeses, conforme exemplos relatados pelos egressos: *“Com os projetos integradores, o primeiro realizado entre a professora de Artes e o professor de Português, começamos a*

*entender a inter-relação entre as disciplinas. Conhecer a casa agroecológica, o sistema de produção agroecológica, o custo de produção, entre outros”.*¹⁵

O protagonismo do proeja: Fortalecimentos dos Arranjos produtivos locais

A educação como protagonista na construção de outra lógica de produção que supere a lógica capitalista, outra economia, a Economia Solidária.¹⁶ O capital avança sobre a agricultura familiar camponesa.¹⁷ Como se observa na pesquisa, o PROEJA fortaleceu e continua fortalecendo os arranjos produtivos locais e começa enxergar que há alternativas.

O campo é um espaço de disputa, porque no campo o agronegócio viu um espaço para explorar, expandir o capitalismo, pois o acúmulo de capital está se dando no campo. Através do PROEJA, torna-se possível aos educandos perceberem que a Economia Solidária é contrária à economia excludente, seletiva, opressora do capitalismo; estes começam a desenvolver empreendimentos locais com práticas participativas, cooperativas, decisões coletivas co-responsáveis por objetivos em comum.

PROEJA, a educação que transforma, observa que:

A Economia Solidária afirma a emergência de um novo sujeito social composto de trabalhadoras(es) associadas(os) e consumidoras(es) responsáveis, conscientes e solidárias(os), portadoras(es) de possibilidades de superação das condições próprias do capitalismo, caracterizando-se, portanto, como um processo revolucionário (ICONAES, Res.11).

A economia solidária como inserção de camponeses/assentados que se reconhecem como grupo social historicamente excluídos do processo econômico capitalista.

Em depoimentos, os alunos e alunas do PROEJA relataram: *“Gostava dos trabalhos em grupo... Sozinho era difícil... No coletivo se reunia... Um dava opinião para o outro.”*; *“Com isso aprendemos que no coletivo é muito melhor ...”*; *“Eu não gosto nem de ir na roça ‘solito’... Imagina tomar chimarrão sozinho.”*¹⁸

¹⁵ Informação Verbal dos Alunos.

¹⁶ Economia solidária enquanto alternativa ao modelo capitalista e estratégias para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário considerando a pluralidade de lutas sociais e adversidade de sujeitos que configuram sua base social. (III CONAES -2014, p. 05)

¹⁷ Categoria Agricultura Familiar Camponesa/SIFEDOC 2012 – Antonio Munarin.

¹⁸ Informação Verbal dos Alunos.

Através do PROEJA, observou-se que os egressos se deram conta, tomaram consciência da importância do trabalho coletivo, do pensar no coletivo, do construir no coletivo. O resultado é outro. Esses momentos de vivência no espaço da sala de aula fizeram perceber como o coletivo fortalece, e dessa maneira transferem as experiências para a Economia Solidária em seus empreendimentos.

De acordo com o texto referência da III CONAES – 2014

A economia solidária é uma construção social que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientadas para a promoção e desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A Economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e outras relações sociais, como a práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas, a partir da realidade dos trabalhadores da economia solidária. A práxis é compreendida como a inter-relação entre a teoria e a prática a partir de observações sobre a realidade, resultando reflexão, avaliação e novas ideias e ações. (III CONAES – 2014)

Observou-se a melhora como ser humano, ser social, e também a autogestão desses empreendimentos através da tomada das decisões no coletivo, ações democráticas e participativas.

Através do PROEJA cria-se oportunidades para que se possa obter renda por meio dos empreendimentos locais. Destaca-se a Economia Solidária como forma de organização econômica de produção por meio da cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade.

Elementos conclusivos:

A educação dos trabalhadores do campo é de suma importância para que o conhecimento seja ligado ao processo de luta, a partir dos processos educativos teorizados. Para Tompson (2010), a análise que faz da exploração da classe trabalhadora do campo só se distingue na forma ao do trabalhador urbano. No campo o explorador é o mesmo, o capital.

Vendramini (2013) também chama atenção: A baixa escolaridade dos camponeses faz parte da estrutura socioeconômica e cultural do capitalismo. É importante que os trabalhadores do campo tenham acesso ao conhecimento crítico como instrumento de emancipação humana.

O Agronegócio está avançando no campo como um modelo insustentável, concentrador de terras, e transformando a agricultura familiar camponesa em assalariados rurais, onde vendem sua força de trabalho, pois necessitam para produzir e reproduzir a sua vida.

O trabalho, para o camponês, é como um princípio educativo, pois aprende através da experiência, Thompson (1987) e cada uma dessas experiências traz marcas próprias, pois é exatamente o conjunto das ações, das organizações e empreendimentos locais e em movimentos sociais com os quais se relacionam que vem constituindo o trabalhador do campo como sujeito social.

Para Marx, Engels e Gramsci, o trabalho como princípio educativo é o princípio de formação do caráter novo, do sujeito que não explora que almeja uma sociedade nova. O camponês, em toda a sua vida, aprendeu aquilo que é importante para a sua vida.

O PROEJA proporcionou que tomassem consciência, que aprendessem com o outro, e fortaleceu a identidade camponesa. Sentem a necessidade de avançar nas lutas camponesas, no direito à cidadania, e uma das formas está no estudo. Conforme Thompson (2010, p.15), o conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos.

O PROEJA –FIC está sendo uma política pública de educação para o campo, considerando seus sujeitos, sua cultura, valores e especificidades, onde o ponto de partida são os sujeitos trabalhadores do campo, com seus saberes e protagonismo.

PROEJA, a educação que preparou para ficar no campo, com vida digna, por opção, com as peculiaridades do campo, com qualidade de vida, uma educação que aponta para além do capital. Para MÉSZAROS (2006, p. 13), educar é a conscientização e testemunho de vida, é construir, libertar o ser humano da cadeia do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.

O PROEJA em território camponês efetivou-se como política pública em governos populares. Como ressalta Boaventura Santos (2001), a globalização atual deu-se no domínio econômico político e cultural, mas também influenciou a construção do conhecimento. Para o autor, é preciso um outro tipo de produção científica mais multicultural, a educação contemplando o campo.

Boaventura Santos acredita que isso é possível com o desenvolvimento de ações contra-hegemônicas, ancoradas em lutas populares em comunidades rurais; para ele, em municípios geridos por políticos populares se permite o florescimento de iniciativas

emancipatórias, que articulam com outras ações do cotidiano; no modo de organizar as lutas, articulam com outros grupos.

Por esses caminhos trilhou a administração com participação popular, a qual possibilitou, no espaço do orçamento participativo, ouvir as comunidades, sendo que nessas falas emergiram iniciativas que resultaram em educação do campo.

O PROEJA é uma possibilidade e efetivação da luta histórica pela educação pública gratuita aos sujeitos sociais do campo, educação e formação profissional, possibilitando outro modo de fazer agricultura de base familiar campesina na centralidade do trabalho, e não da reprodução do capital. Foi possível conhecer outra concepção de desenvolvimento do campo, através da economia solidária e arranjos produtivos. A agroecologia começa a se firmar com análises e debates, discursos elementares de alternativas.

Novos horizontes despontam através do PROEJA em território campesino, com desenvolvimento territorial, passam a fazer parte dos que tentam construir uma sociedade baseada em outro modelo alternativo de vivência no campo.

Referências:

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Editora vozes. 4ª Edição, Petrópolis, RJ, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. Editora Brasiliense, coleção primeiros passos, 1º reimpressão, 2009.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2008

Brasil, **Documento Base do PROEJA**: Formação Inicial e continuada/Ensino Fundamental. Brasília,DF, 2007.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. In: Molina, Monica C.; JESUS, Sonia Meire A. de. (orgs) contribuições para a construção de um projeto político e pedagógico Da Educação do Campo. Brasília: DF, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Vemâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. Apud. Por Uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação. SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Brasília: INCRA: MDA, NEAD Especial, 2008.

CARDONA, M.C. **Introducción a los métodos de investigación en educación: MadriEos**, 2002.

3ª CONAES Conferência Nacional de Economia Solidária Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável Texto de referência Contextualização e Balanço Nacional Secretaria Nacional de Economia Solidária Ministério do Trabalho e Emprego. 2014

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Território Camponês**. Verbetes do Dicionário da Educação do Campo. EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 744-748.
<<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupol.html>>.

Revista Perspectiva, ISSN print 0102-5473, ISSN 2175-795X Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/announcement/view/408> acesso 15/01/2015

Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999 – (Coleção questões da nossa época. v.70).

MANFIO, Elisandra; PACHECO, Luci Mary Duso. **Um olhar sobre a formação do professor no cenário atual da educação do campo**. Pedagogia em Questão. URI, 2006.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MÉSZAROS, Isteván. **A Educação para Além do Capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petropolis: Vozes,1992.

MUNARIN, A. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção**.17f. Trabalho apresentado no CT 3: Movimento Sociais e Educação, 31ª Reunião anual da ANPEd, Caxambu, MG, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br>.

PALUDO, Conceição. **Campo e Cidade em busca de caminhos comuns**. Pelotas. UFPel, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Dilemas do nosso tempo: Globalização, multiculturalismo e conhecimento**. Educação & Realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, vol. 26, n. 1, p. 13-32, 2001.

SILVA, Adriano Larentes da. **Currículo integrado** / Adriano Larentes da Silva. - Florianópolis: IFSC, 2014.
97 p.

THOMPSON, E.T. **Educação e Experiência**. In. **Os Românticos: a Inglaterra na era revolucioária**. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum, Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRES, Alfonso. **La Educação Popular**, Editora El Buho, 2008.

VENDRAMINI, Célia. **Os desafios do MST na atualidade**. Disponível em: <HTTP://rizoma.ufsc.br/pdfs/488-of6-st3.pdf>. acesso em 10/01/2014

WEBER, Catia. SIMÕES, Silvia Regina. **Educação para a Diversidade e Cidadania – Educação Intercultural e Movimentos Sociais**.UFSC.Florianópolis, 2009.